

Presidente cobra do Congresso alternativa à CPMF

Em discurso, FHC lembrou que contribuição financiou programas de combate à pobreza

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso cobrou do Congresso a definição de uma fonte de recursos para substituir, a partir do segundo semestre do ano que vem, a arrecadação de R\$ 18 bilhões da CPMF. No discurso em que apresentou seu plano de governo para os dois últimos anos de mandato, o presidente fez questão de lembrar aos parlamentares que a contribuição financiou os programas de combate à pobreza e ajuda a reduzir a sonegação. Avisou ainda que uma decisão pelo fim do tributo não poderá ser debitada na conta do governo.

“Os recursos arrecadados desaparecem? Os programas de combate à pobreza desaparecem?”, provocou Fernando Henrique. “Eu não posso ficar na posição de amanhã dizerem que estou apoiando os sonegadores ou cortando os programas sociais, pois não quero fazer nenhum dos dois.”

Ao apresentar ontem o plano à imprensa, o presidente também deixou claro que, a despeito de posições contrárias até mesmo de aliados da base, vai privatizar Furnas e não aceita um Banco Central totalmente independente. Acrescentou ainda que lutará para aprovar a reforma tributária, mas não pode nem aceitar fazer-la por medida provisória. “A reforma tem de ser discutida no âmbito da sociedade”.

Fernando Henrique também garantiu estar disposto a discutir a limitação de edição de MPs, desde que seja derrubado o artigo 246 da Constituição – que impede a edição de medidas provisórias sobre matérias que são objeto de emenda constitucional a partir de 1995. O presidente ressaltou que a Constituição tem inspiração parlamentarista e pediu ao Congresso mais poderes para o Executivo em questões administrativas. “Se o Congresso se dispuser a devolver isso ao Executivo, as MPs diminuem”, ponderou.

Embora não tenha incluído na agenda de trabalho 2001-2002 a solução para o pagamento das perdas do FGTS apuradas nos planos econômicos, Fernando Henrique disse que até gostaria de encontrar uma saída para a

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

Projetos para 2001, divididos por setor

PROGRAMAS ESTRATÉGICOS		TOTAL: R\$ 67,2 bilhões	
MINAS e ENERGIA Energia Para as Populações Rurais Oferta de Petróleo e Gás Natural Gasodutos Geração Termelétrica Geração Hidrelétrica Linhas de Transmissão R\$ 20,488 bilhões	DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO Agricultura Familiar – Pronaf Reforma Agrária R\$ 4,979 bilhões	TRABALHO e EMPREGO Qualificação Profissional do Trabalhador R\$ 619,3 milhões	MEIO AMBIENTE Pantanal Parques do Brasil Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais R\$ 164,6 milhões
DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA e COMÉRCIO EXTERIOR Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas R\$ 11,950 bilhões	TRANSPORTES Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros Corredor Fronteira Norte Corredor Oeste-Norte Corredor São Francisco Corredor Nordeste Corredor Sudoeste Corredor Araguaia-Tocantins Duplicação da Rodovia Brasília/Itumbiara/Monte Alegre Duplicação da Rodovia Fernão Dias Corredor Transmetropolitano Corredor Mercosul Manutenção e Restauração de Rodovias R\$ 2,729 bilhões	PREVIDÊNCIA Esporte Solidário Erradicação do Trabalho Infantil R\$ 522,4 milhões	CULTURA Monumenta – Preservação do Patrimônio Histórico R\$ 32,7 milhões
SAÚDE Saúde da Família e da Criança Valorização do Idoso e da Pessoa Portadora de Deficiência (em conjunto com Ministério da Previdência e Assistência Social) Saneamento Básico R\$ 9,055 bilhões	COMUNICAÇÕES Telecomunicações R\$ 1,025 bilhões	FAZENDA Desenvolvimento da Infraestrutura Turística no Nordeste R\$ 448,2 milhões	AGRICULTURA e ABASTECIMENTO Segurança e Qualidade de Alimentos R\$ 30,3 milhões
SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO Saneamento é Vida Morar Melhor Nosso Bairro Carta de Crédito R\$ 6,952 bilhões	JUSTIÇA Segurança Pública R\$ 902,9 milhões	CIÊNCIA E TECNOLOGIA Sociedade da Informação – Internet Genoma R\$ 234,8 milhões	PLANOS DE AÇÃO INTEGRADA Total: R\$ 15,7 bilhões Brasil Empreendedor Estimular desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas R\$ 9,2 bilhões Projeto Alvorada Apoio aos Estados com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) R\$ 5,6 bilhões Plano Nacional de Segurança Pública Prevenir a violência, reprimir criminalidade, reduzir a impunidade e aumentar segurança e justiça R\$ 924,3 milhões
EDUCAÇÃO Toda Criança na Escola Escola de Qualidade para Todos Desenvolvimento do Ensino Médio Desenvolvimento da Educação Profissional Educação de Jovens e Adultos R\$ 6,107 bilhões	INTEGRAÇÃO NACIONAL Transposição de Águas do São Francisco Proágua Irrigação e Drenagem R\$ 734,4 milhões	DEFESA Aeroportos R\$ 171,2 milhões	

Fonte: Governo Federal

questão ainda durante o seu mandato. Mas avisou que não aceitará uma fórmula que transfira a conta de mais de R\$ 30 bilhões para o Tesouro Nacional.

“Se alguém receber o FGTS, é por decisão minha”, disse. “Eu generalizei o pagamento, mas não vou dar uma

solução que leve o Tesouro à bancarrota, pois será o trabalhador quem pagará de novo”, frisou. O presidente acredita que os sindicalistas vão continuar negociando com o governo até um consenso.

Estabilidade – O lançamento do programa de ação também

serviu para o presidente reafirmar sua política econômica e mostrar a ênfase do governo nas questões sociais. Segundo ele, só é possível aumentar os gastos sociais porque a estabilidade econômica foi conquistada. Fernando Henrique lembrou que o esforço fiscal viabilizou a redução na taxa de ju-

ros e a continuação das reformas fará com que a queda possa continuar.

Na agenda foram listados 50 programas estratégicos na área social e de infraestrutura, com metas a serem atingidas e recursos que o governo está injetando. No total, para os dois anos, o governo inves-

tirá R\$ 67,2 bilhões.

Além de dizer que “luta sem demagogia” para reduzir as diferenças sociais no País, Fernando Henrique também ressaltou que, ao contrário da receita do regime militar, o governo já está dividindo o bolo do crescimento econômico com a população, em vez de primeiro fazer crescer para depois distribuir. “Nunca aceitamos que o mercado pode resolver todos os problemas da sociedade”, disse o presidente, rebatendo as críticas de quem o tacha de neoliberal preocupado apenas com a área econômica.

Furnas – O recado do presidente ao presidente da Câmara, deputado Aécio Neves (PSDB-MG), e ao governador de Minas, Itamar Franco (PMDB), contrários à privatização de Furnas, foi direto: “O senador tal ou qual, o deputado tal ou qual, por mais importante que seja, perto ou longe de mim que esteja, podem e devem ter a opinião que quiserem, pois o governo vai, sim, fazer o que sempre disse que iria fazer”, alfinetou. “O governador tal ou qual é contra, paciência. Ele não é presidente da República.”

Fernando Henrique também estabeleceu os limites para o que considera ser a independência necessária para o Banco Central. Ele quer manter a prerrogativa de demitir seu subordinado no BC em momentos delicados ou conflituosos. Para ele, é preciso proteger o banco de ingerências políticas indevidas, mas garantir aos futuros presidentes a chance de mudar a diretoria, se quiserem implantar uma outra política econômica, mesmo que os mandatos dos diretores ainda estejam em andamento.

O pronunciamento colocou um fim no projeto mais ambicioso do BC, que defende mandatos fixos e demissão apenas em casos de corrupção ou improbidade.

A reforma tributária será retomada pelo governo, mas o presidente já avisou que não há como tratar do assunto sem levar em conta os interesses envolvidos e, por isso, tem sido difícil o acordo. O governo também quer que o Congresso discuta e vote uma nova lei de falências, sociedades anônimas e a reestruturação do Sistema Financeiro da Habitação. (Leandra Peres, Doça de Oliveira e Isabel Braga)

OS PONTOS DO DISCURSO

Estes são os principais trechos do pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso:

■ **ACM e CPI** – “Além do Antonio Carlos, há o senador (Roberto) Requião, um trombone isolado. Isso não é meu problema, o que eu quero é que o PFL apóie este programa. Qualquer questão efetiva deve ser apurada, CPI para quê? Para apurar o que já se apurou, para fazer barulho e criar instabilidade? Isso é deslealdade. Também por oposição, este tipo de oposição que temos no Brasil, eles pensam que isso é cumprir o seu dever. Mas para quem for aliado, CPI é deslealdade. Se houver um caso objetivo, efetivo, que diga respeito ao governo, sim. Fora disso, nós temos os procuradores da República, a Polícia Federal, polícias estaduais, juízes, instituições democráticas. Os casos referidos cabem nesta categoria, não têm nada a ver com este governo, com o exercício do poder. Se houver deslize, que seja punido, mas nos canais adequados. Que não se utilize um deslize para criar tumulto e impedir a governabilidade e a democracia. Se eu tiver envolvido em alguma coisa, se o governo como instituição estiver envolvido, sem dúvida, mas eu não estou.”

■ **Ditadura** – “Nós estamos varrendo esses resquícios do

passado. Mas ao varrê-los, temos de fazê-lo com vistas ao futuro e não com métodos do passado. Não há que confundir a tarefa importantíssima de limpar o entulho autoritário, do assistencialismo, da corrupção, que é um processo institucional, com o enfraquecimento da democracia pela palavra fácil e pela imposição repentina. Não é assim, nós estamos aqui reconstruindo os mecanismos para isso. É preciso não confundir quem está limpando com o lixo. O lixo não é o lixo, repito com força. Essa confusão tem uma inspiração antidemocrática que não podemos aceitar.”

■ **Corrupção** – “Este programa parte desta visão, que não começou hoje, vem do início do Plano Real, de antes de eu ser presidente da República. Uma concepção de que não podíamos mais ser lenientes com a inflação, que era a mãe da corrupção, nem com os desmandos, que são o pai da corrupção. O casamento da inflação com o regime autoritário é que levou o Brasil ao descontrole e à impunidade.”

■ **Recado** – “É muito fácil, àqueles que detêm poder e capacidade de falar, dizer ‘faça-se’, ‘aconteça’, ‘vou exterminar’, ‘vou eliminar’, ‘vou acabar’. Mas quando se começa a proceder assim, o término

é o mesmo: a ditadura, o desrespeito aos direitos humanos, a violação, a transformação dos tribunais em comissões gerais de investigação, das quais muitos brasileiros foram vítimas no regime militar. Sem o respeito ao processo legal, sem que as normas sejam respeitadas, os que se arvoram moralistas são, na verdade, ditadores disfarçados. São aqueles que não conseguiram ainda afastar do seu horizonte a cultura da ditadura, do autoritarismo.”

■ **Tartufo** – “Estamos reorganizando a economia nacional. Se hoje estamos crescendo a 4,5% (ao ano), não foi da noite para o dia, foi um trabalho contínuo não só do governo, mas da sociedade e do apoio que sempre tive do Congresso. Sem o que, se faz bafória, é possível ser tartufo, ser bufão sem o apoio das forças da maioria – nós tínhamos vários aqui no País, que caíram, aliás –, mas não é possível construir a democracia.”

■ **Impeachment** – “É preciso grandeza agora de todos nós, despreendimento de nossa parte. Nada de mesquinhar, nada de ficar olhando no retrovisor. Tenho sempre apelado à oposição: meu Deus, meu Deus, o que foi pregado por vocês anos a fio, e eu junto, em setores da oposição, nós estamos fazendo. Por que, então, dizer que não? Por que

transformar qualquer problema em uma questão que ponha em risco, não põe em risco porque não tem força para isso, mas que diz respeito à governabilidade e às instituições? Como a coisa mais corriqueira, a primeira idéia que se tem é o impeachment do presidente, crime de responsabilidade? Isso é antidemocrático, é contra as instituições, é vício do passado. Nós temos de respeitar as instituições. Quem clama da tribuna a partir de falsidades ou suposições, não faz outra coisa senão reafirmar o espírito autoritário. E o povo, e o Brasil?”

■ **Silêncio** – “É preciso que haja respeito, civilidade, que as pessoas antes de pronunciar uma palavra pensem no que vão dizer, porque as palavras têm peso e custo. Eu nunca pronuncio palavras vãs, eu não saio por aí replicando, eu me calo. Calo porque sou responsável, e isso quer dizer que, ao medir os meus atos, eu não posso simplesmente expor os meus valores, mas não quer dizer que os meus atos não sejam dirigidos por valores. Se a pessoa se pensa responsável e cala e consente sempre, ela é realmente produto da ‘real politike’, dos fins justificam os meios.”

■ **Mãos limpas** – “Eu não preciso dizer que tenho as mãos limpas, porque tenho hoje e sempre tive. Eu não preciso dizer que sou demo-

crata, porque sempre fui. Eu não preciso empunhar a bandeira da moralidade porque a moralidade está dentro de mim, eu não preciso pegar a bandeira de outro e botar na minha mão, ela é minha. Não preciso que alguém me advirta, muito menos que venha me advertir sem base, ou utilizando das próprias investigações que o governo está fazendo dentro da lei. É só seguir a democracia e deixar de aproveitar qualquer pretexto para criar tumulto.”

■ **Jader** – “Não é uma questão de governo, é uma questão que, se houver, é burocrática ou dos tribunais, não tem nada a ver com o governo.”

■ **Covas** – “Acima de tudo, ele foi um democrata, respeitava sempre as instituições. Tinha sempre presente a idéia de que um agrupamento político não sobrevive sem liderança, que a liderança assume responsabilidades, mas as instâncias decidem sob a égide da maioria. As divergências eventuais nunca foram sanadas pelo atropelo, pela vontade precipitada que salta o direito de defesa, a possibilidade do contraditório, o respeito às instituições. Nós estamos empenhados na refundação da democracia, dos princípios republicanos. E os princípios republicanos exigem o respeito às instituições. Esse foi o pensamento contínuo, uma prática conti-

nua do Mário, e minha também, e a de todos aqueles que têm um compromisso com este País. Esses valores republicanos exigem não apenas o respeito à vontade da maioria, como também o respeito aos indivíduos e que não se faça acusações que não possam ser objeto de uma análise e de defesa.”

■ **Reforma** – “Alteração na equipe ministerial eu fiz o tempo todo, faço quando quero, quando julgo necessário, não faço porque se cria uma onda por aqui e por ali. No caso desses dois ministros, eu vou nomear. Assim que achar que (devo) nomear, eu nomeio, pode ser hoje, amanhã, na semana que vem, isso é prerrogativa exclusiva minha. E eu vou exercê-la.”

■ **Aliados** – “Eu quero que votem o programa. Num regime democrático, não se trata de uma votação mecânica em que o Congresso não tem uma palavra a dizer, porque tem, que os governadores não tenham uma palavra a dizer, porque têm. Trata-se de compreender qual é o caminho, qual é a linha, e eu quero lealdade. Isso eu vou exigir dos meus aliados. E não é para uma pessoa ou um partido, é para todos os partidos e para todos os que são aliados. Os que são de partido aliado, mas são independentes, que vão ficar independentes em casa.”